

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

1637 s. 9
(c)

Antonio

RELAÇÃO DE MONOGRAFIAS DE 1987, (CURSO DE HISTÓRIA)

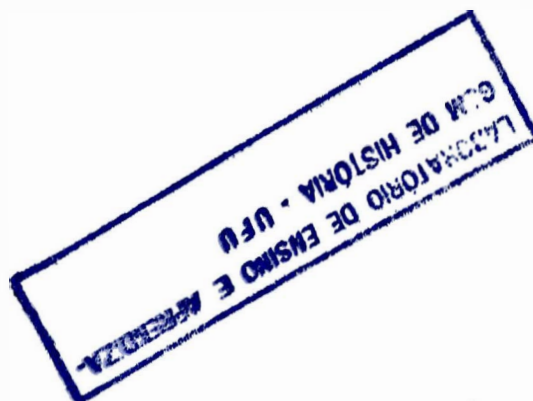
- Movimentos Sociais: CPT; entre Igreja Conservadora e progressista. ✓
Angela Maria Alves.
- X - O Movimento da Pastoral da Terra na Região de Uberlândia. ○
Gisvane Guedes Arantes.
- Atuação Política da Comissão Pastoral da Terra: A Igreja e os Mov. Soci
Maria Helena G. Almeida.
- A Associação de Moradores de bairros e o Poder Público em Uberlândia:
Maria de Lourdes Silva. ○
- Movimento de Clubes de Mães em Uberlândia.
Marta.
- A Comissão Pastoral da Terra.
Maria Joana Costa.
- A Festa de N.S. do Rosário.
Luiz Humberto Zacharias.
- - Associação de Moradores e Amigos do bairro Tibery ○
Christiane dos Reis Ribeiro.
- ou - Associação dos Moradores do bairro Higino Guerra.
Márcia Cristina Tannús.
- X - Manifestações Culturais populares e Ação do Poder Público em Uberlândi
x Regma Maria dos Santos.
- Espaço Urbano, industrialização e Movimentos Sociais em Uberlândia -
1959 a 1985. ○
Ronan Hungria.
- Movimentos Populares: Fundação da UTE ✓
x Raul Marcos P. de Oliveira.
- Associação do bairro Jardim Umuarama ○
Zilda F. dos Santos.
- Associação de Moradores do bairro Santa Rosa - Liberdade
João Augusto Freitas - (Joca)



LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
GEM DE HISTÓRIA - UFU

Maria Joana Costa
(9ºp.de história)

AA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA



Universidade Federal de Uberlândia
1987

Tem fazenda e fazenda
que é grande perfeitamente
sobe serra desce serra
salta muita água corrente
sem lavoura e sem ninguém
o dono mora ausente
lá só tem um caçambeiro
tira onda de valente
isso é uma grande barreira
que está em nossa frente
tem muita gente sem terra
e tem muita terra sem gente.

("Espelho da Realidade",
cantos dos lavradores de
Goiás.)

Introdução

Este trabalho surgiu de um contato mais direto com trabalhos de base no meio rural, especificamente, com um organismo da Igreja Católica cuja finalidade é assessorar, interligar e dinamizar os que trabalham pastoralmente em favor dos trabalhadores rurais(1); A Comissão Pastoral da Terra(CPT).

Ao longo do texto, procuro apontar algumas características da Igreja, partindo do princípio de que ela é uma instituição dividida na qual se encontra de um lado um segmento conservador e de outro um segmento mais progressista.

A CPT, como parte integrante desta Igreja, faz parte do segmento progressista. Isto porque a atuação e os posicionamentos da CPT não entrosam com as idéias do segmento conservador que parece acreditar numa Igreja mais assistencialista e preocupada sobretudo com as coisas do espírito.

Tento ainda caracterizar os setores dominados, isto é, os explorados e oprimidos do sistema. Assim são levantados problemas que embora tenham origem comum, ou seja, a expansão agressiva do capital no campo, são sentidos e enfrentados de modos diversos, pelas diferentes categorias de trabalhadores rurais.

Em outro momento, é retratada uma situação de confronto entre os dois segmentos da Igreja(conservador e progressista)a partir de um caso concreto: Centralina.

Concluindo, são colocadas algumas considerações sobre o movimento dos trabalhadores rurais e o papel da CPT neste movimento.

"Por toda a Europa reinava apenas uma Igreja; (...) e era enorme a autoridade que a Igreja possuía, não só sobre as almas dos homens como também sobre seus negócios..."(2)

A Igreja em questão é a Católica e o período retratado é a Idade Média. A citação acima demonstra bem uma característica do período medieval: a presença marcante da Igreja influenciando ideologicamente as sociedades européias.

A Igreja chegou a ser o núcleo central e dirigente da sociedade medieval e o seu poder que lhe permitiu exercer tamanha preponderância . Neste período tem uma explicação: a riqueza.

Na sociedade medieval existia uma rígida hierarquia social, lá a medida da riqueza era a terra. Possuir terras significava estar no alto da hierarquia, significava ter poder sobre os homens que não as possuíam. A Igreja Católica era a maior proprietária de terras na Europa Ocidental.

No dia 28 de novembro último foi realizado em Uberlândia o "Tribunal da Terra". Neste tribunal os julgados eram o Estado, os latifundiários e os grandes projetos agrícolas.

Não existe nada de extraordinário neste fato, levando-se em conta que o debate sobre a questão agrária tem voltado a pauta nestes últimos anos, especialmente agora, período de recessão na economia capitalista mundial e momento em que no Brasil se elabora a Nova Constituição.

O que chama a atenção, é que a promotora deste evento é a Igreja, mais especificamente um segmento desta Igreja, ou seja, a CPT.

Será que a Igreja rica, poderosa e grande proprietária de terras da Idade Média, é atualmente defensora dos interesses dos despossuídos de terra? A Igreja mudou?

Se a Igreja, principalmente enquanto instituição, mantém posições que podem ser consideradas conservadoras, mesmo assim, é inegável que houve uma evolução. Isto porque o aparato eclesiástico, em cada época,

sempre reproduziu a sociedade existente. A igreja muitas vezes contrariou a própria doutrina, que sempre defendeu valores como a vida, liberdade, e a consciência, para dar aprovação ao sistema econômico e político.

A Igreja e a sua opção pelos pobres e oprimidos e os problemas fundiários, são isoladamente, assuntos polêmicos. Agora, quando um setor da Igreja cria um organismo para tratar especificamente dos problemas fundiários é mais complicado ainda, principalmente pelo passado da Igreja e ainda pela gravidade dos problemas de terra no Brasil.

A estrutura agrária no Brasil se encontra concentrada, porém este não é um dado novo. A concentração de terras tem origem na época da colonização, que se fez com a doação de grandes extensões de terras a particulares. Segundo José Graziano, houve uma transformação interna na estrutura agrária, entretanto o grau de concentração aumentou a partir dos anos sessenta, período no qual se dá o que ele chama de recriação/destruição da pequena propriedade: "na fase de subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas propriedades se expandem. (...) Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais, do país, ou mesmo das regiões, a grande propriedade no Brasil vem crescendo sempre a taxas superiores às das pequenas." (3)

Aparentemente estamos diante de um fato "natural" no capitalismo. O grande engole o pequeno, porque a tendência é a da concentração do capital, sempre e cada vez mais. Porém no campo não se trata de capitalista engulindo capitalista, mas sim de capitalista engulindo o lavrador. São i números os casos de lavradores que tiveram que sair da terra.

No conflito de terras existentes no Brasil estão envolvidos de um lado grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros, e de outro, arrendatários, parceiros, posseiros e índios. Estes dois últimos são vítimas de todo tipo de violência para que sua expulsão seja

garantida. Nessas violências estão envolvidos, desde jagunços e pistoleiros, até soldados e oficiais de justiça e os próprios juízes.

Quem não consegue resistir às pressões transformam-se em proletários, no campo ou na cidade. É uma realidade no Brasil a proletarização dos camponeses que expropriados como produtores independentes, transformam-se em bóias-frias.

As condições de trabalho dos bóias-frias são as piores possíveis. Estes trabalhadores são transportados em veículos que não oferecem a mínima condição de segurança. Não têm nenhum vínculo trabalhista assegurado e para aumentar as dificuldades eles não tem trabalho para o ano todo, já que as oportunidades de emprego para os bóias-frias são sazonal.

Conforme levantamento do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, a partir da pesquisa CONTAG, CPT, entidades e jornais, registrou-se os assassinatos de mil trinta e oito (1038) trabalhadores rurais no Brasil entre os anos de 1964/86.

A expropriação e exploração do trabalhador rural se dá de diferentes formas, e violentamente ou não, acontece no Brasil inteiro.

E qual o papel do Estado nesta estrutura?

Teoricamente o Estado teria que cuidar para que os direitos da pessoa fossem respeitados. Entretanto o que acontece é que o Estado jamais se preocupa em resolver os problemas agrários de modo a beneficiar os pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, enfim a classe explorada, falta-lhes tudo, desde recursos técnicos a recursos financeiros.

Com relação à política de incentivos fiscais não deixa de ser grave. Conforme José de Souza Martins, o dinheiro de incentivos fiscais deixa de ser aplicado em obras e atividades de interesses público para ser desfrutado como coisa própria, pela grande empresa capitalista. "Esse ponto é muito importante porque nos revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua. Embora seja amplamente reconhecido, pelo próprio governo, que a maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos proprietários e não por

empresas capitalistas, até hoje não se produziu uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores. Aquela tipo de política denuncia claramente o Estado brasileiro como um Estado de classe."(4)

Estes dados não retratam todos os problemas da questão agrária no país, mas são suficientes para que se possa perceber que a situação é extremamente grave. É neste contexto que a CPT atua.

Oficialmente a Comissão Pastoral da Terra foi criada em junho de 1975, no "Encontro Pastoral sobre a Amazônia Legal", realizado em Goiânia. Entretanto as suas origens estão ligadas a fatos bem anteriores a esta data.

As raízes da CPT, estão na Igreja de São Félix do Araguaia(Mt) que serve a uma comunidade de peões, posseiros, índios, enfim indivíduos marginalizados. A Igreja de S.Félix fez opção por estar ao lado deste povo e não demora em se ver envolvida em conflitos com os latifundiários. Isto aconteceu no início da década de 70, conforme relato de Ivo Polleto.

A repressão as prisões, as acusações de subversão, todos estes fatos ocorridos à equipe pastoral da Ig. de S.Félix, fez com que descobrissem que a situação deveria ser analisada politicamente. Desta análise concluíram que estavam isolados e que precisavam romper com esse isolamento.

Para por esta idéia em prática a equipe manteve contatos com algumas Igrejas que tivessem compromisso com a pastoral popular, para que, com seus bispos pudessem analisar a realidade e levantar as medidas a serem tomadas.

Em maio de 1973 aconteceu a 1ª reunião da qual participaram mais de 25 bispos. Dom Ivo Polleto relata as três decisões importantes que foram tiradas desta reunião:

1. Apoiar-se uns aos outros, sendo solidários em conjunto com as vítimas da repressão;
2. Continuar a reunir-se, como grupo informal, sem nenhum paralelismo à CNBB, para buscar juntos os melhores caminhos de ser Igreja.

3. publicar numa dimensão profética, uma palavra crítica em relação à situação dos trabalhadores, denunciando a opressão, estimulando a organização popular e comprometendo-se todos os agentes de pastoral popular.(5)

Para concretizar a 3ª decisão foram formadas várias equipes para redigir documentos sobre as diferentes aspectos da conjuntura nacional. Dos cinco previstos inicialmente, apenas três foram impressos e distribuídos sob forte repressão. Os documentos retratavam a situação do Nordeste ("Eu ouvi os clamores do meu povo"), sobre o centro-Oeste ("Marginalização de um povo - grito das Igrejas") e sobre os povos indígenas ("Y-Juca - Pirama: o índio, aquele que deve morrer").

Quando em novembro de 1974, na Assembléia geral da CNBB, D. Pedro Casaldáliga procurou saber dos bispos de Igrejas da Amazônia se havia em sua região os problemas enfrentados na área de S. Félix do Araguaia, o que teve como resposta foi desinformação e desconhecimento da realidade.

Para suprir estas carências de informação, D. Pedro propôs a realização de um "Encontro sobre a Amazônia Legal", para que então todos os problemas de violência e repressão pudessem ser discutidos.

Aceita a idéia, a CNBB, e a Comissão de Justiça e Paz, patrocinaram o evento. para o qual foram convidadas todas as Igrejas Particulares da Amazônia.

Em junho de 1975 acontece o encontro, que transcorreu em clima de tensão. Além da repressão, contavam ainda com as diferentes perspectivas dos participantes, que entendiam a Igreja de dois modos diferentes : "um, nascido da opção real pelos oprimidos; outro, firmado na crença de que os ricos podem ser bons cristãos e "resolver" os problemas dos oprimidos".(5)

Foi neste clima que surgiu a CPT, um organismo da Igreja, apoiado pela CNBB, que iria interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam em pastoral popular. Junto a camponeses. Nas palavras de D. Ivo "O trabalho a realizar tinha uma dimensão e objetivos políticos razoavelmente claros: apoiar os camponeses em suas lutas estimulando sua organização para que pudessem ser os sujeitos da conquista de seus direitos, alcançan

do o que seria a sua condição básica: a terra por meio da reforma agrária. ...a CPT deveria diferenciar-se das demais organizações por ter sua motivação mais profunda nascida na fé cristã, e sua ação, em consequência, consistir na evangelização. Nada de ser organismo assistencialista ou um partido político."(7)

A CPT Regional do Triângulo Mineiro surgiu nos mesmos moldes da CPT nacional, ou seja, a partir de discussões em torno do problema da terra. Na verdade a Pastoral da Terra só chegou na região entre os anos de 1979/80, mas antes disso um grupo da Igreja Católica já discutia e solidarizava-se com a luta dos trabalhadores rurais.

A articulação maior deste grupo de religiosos com os trabalhadores rurais se deu quando o governo pôs em prática um projeto para o aproveitamento do Cerrado.

O cerrado constitui um tipo de vegetação, clima, solo e fauna que ocupa uma grande área dos Estados de Minas Gerais e Goiás. Aparentemente uma área mais adequada à pecuária extensiva devido ao solo seco e pouco produtivo.

Para a exploração do cerrado, o governo brasileiro se associou com o governo japonês. A tecnologia, o apoio financeiro teriam origem japonesa e o mercado internacional também seria controlado pelo Japão.

Estamos falando do Projeto JICA (Japan International Cooperation Agency) que produzia no cerrado, através de técnicas avançadas, principalmente o milho, a soja e o sorgo.

Para que o projeto desse certo (lucros), teria que contar, além da tecnologia avançada e dos incentivos fiscais, com uma mão de obra barata. A solução encontrada foi o recrutamento de bóias frias.

A CPT nacional se preocupou em divulgar as notícias sobre o Projeto JICA, baseando-se na papelada oficial do governo brasileiro e em relatório do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) que na época fazia os planos econômicos para o governo.

Ao denunciar o Projeto a CPT, procurava mostrar o que havia

por traz. O trecho a seguir, parte de um texto elaborado por José Martins e Ivo Polleto para discussão entre os participantes da consulta latino-americana sobre corporações transnacionais mostra esta preocupação:

"Um ponto do Acordo Básico diz assim: "É um empreendimento significativo do ponto de vista de aumentar a produção de alimentos e promover o desenvolvimento regional no Brasil"(cf.Documento Oficial "Acordo Básico" do Ministério da Fazenda)Trocando em miudos que alimentos são estes e para quem? Será que os trabalhadores brasiliros vão comer mais arroz, mais feijão, mais carne, mais frutas, mais verduras? Não. Os produtos são soja, sorgo, e milho e são para exportação. Quem vai beneficiar serão os estrangeiros.

Qual o "desenvolvimento regional" de que estão falando? Se para conseguir os 12 milhões de alqueires do projeto o governo tem que desapropriar os pequenos e médios produtores e transformar o lavrador em bóias-frias?"(8)

E foi com os bóias-frias da região onde seria implantado o Projeto JICA(Iraí de Minas, Nova Ponte, Romaria, Joramandel, Patrocínio, Guimarães, Patos, Paracatu e Unai) que o grupo de religiosos já falado anteriormente, começou a se articular para juntos discutir os problemas e levantar as soluções possíveis.

Inicialmente procuravam pelos líderes dos trabalhadores rurais; de preferência os que já tinham envolvimento com as Comunidades Eclesial de base. Protestavam contra o Projeto e a violência no campo.

Tentaram também a articulação com os sindicatos, mas perceberam que estes reforçavam a situação de miséria do trabalhador.

Em 79 o grupo passou a ser parte integrante da Comissão Pastoral da Terra, formando a CPT regional do Triângulo Mineiro.

Desta regional fazem parte cinco micro regionais compostas pelas cidades de Araguari, Monte Carmelo, Centralina, Capinópolis, Conceição das Alagoas, Uberaba, Uberlândia e Iturama.

Pela gravidade dos problemas relativos a questão agrária no Bra

sil, já tratados neste texto, conclui-se que qualquer pessoa ou entidade, que se envolva nos conflitos de terra deverá estar disposta a se confrontar diretamente com o Estado e com os latifundiários e correr os riscos destes confrontos.

Por qualquer aspecto que se observe, é possível constatar que na Igreja Católica não existe uma Unidade. Os seus membros não comungam os mesmos ideais ou opiniões. A Igreja se encontra dividida,

De um lado os que ainda acreditam que o papel da Igreja é dar assistência, fazer caridade e orar, sem se envolver com os problemas sociais pelos quais passam a sua própria comunidade cristã. Esta Igreja contribui para a conservação da sociedade, porque aceita sem questionamentos, e prega a possibilidades de melhora (salvação) apenas numa vida futura.

De outro lado existe uma Igreja questionadora, preocupada com a promoção do homem, com uma ação libertadora.

Por sua prática, seus posicionamentos a CPT parece se enquadrar nesta segunda concepção de Igreja.

"A CPT procurou sempre colaborar no sentido de os cristãos assumirem a tarefa de enfrentar os problemas sociais e de transformar a sociedade. (...) Esta postura não é permanente da Igreja na história do Brasil: Pastoral amarrada aos interesses dos proprietários das terras, pregando a submissão dos trabalhadores. (...) Nos últimos anos prática diferente de algumas Igrejas que passaram a denunciar." (9)

Em Centralina, área de atuação da CPT, é possível perceber o contraste entre a Igreja "progressista" e a Igreja "conservadora".

Centralina é uma cidade pequena mas com um contingente considerável de bóias-frias, empregados nas lavouras de milho e algodão.

A Igreja de Centralina faz parte da Diocese de Ituiutaba e até o início de 1987 não existia um padre exclusivo da Igreja. Por isso todo o trabalho paroquial (inclusive celebração), era feito por algumas freiras que foram designadas para a cidade.

Quando foram designadas para o trabalho em Centralina as freiras receberam uma solicitação de D. Roque (bispo da Diocese); que fizessem

um trabalho especial com o trabalhador rural.

Como relata a irmã Gabriela Barros, o trabalho que elas realizavam era de promoção social, desenvolviam diversos projetos: bóia-fria, clube de mães e horta comunitária.

Para desenvolver o trabalho com o trabalhador rural as irmãs recorriam ao Misericórdio (organismo da Igreja Católica da Alemanha que ajuda financeiramente os projetos). Com a verba recebida as freiras mandavam os jovens do meio rural para participarem de cursos sobre sindicalismo, legislação trabalhista etc, fora de Centralina.

Nas sextas-feiras eram feitas reuniões com os trabalhadores para repasse e discussões.

Como não existisse na diocese de Ituiutaba, a Comissão Pastoral da Terra, as freiras recorriam sempre a Uberlândia (sede da regional). Daí surgiu a ligação das irmãs com os membros da pastoral.

Em fevereiro de 1987 chegou um padre para ficar definitivamente na Paróquia.

Em março deste mesmo ano, aconteceu a greve dos bóias-frias que trabalhavam na colheita de algodão repudiando um contrato feito pelos fazendeiros em que se comprometiam a não aumentar o preço pago aos bóias-frias desde o ano de 1985 - R\$15,00 a saca.

As freiras e a CPT lutaram juntos com os trabalhadores e o padre se posicionou claramente contrário ao envolvimento das freiras. O conflito teve início.

Além da oposição do padre as freiras ainda tinham contra si a diretoria do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Centralina, na época um sindicato mais assistencialista, cuja gestão se encerrou a pouco mais de um mês, em outubro/87.

Em oito de junho de 1987, o presidente do sindicato, Terêncio Francisco de Souza, endereça uma carta a D. Roque, queixando-se das freiras, e atribuindo à elas a responsabilidade da greve.

"Centralina vive um clima de instabilidade em todos os setores laborais, uma verdadeira caldeira em ebulição. A situação, antes nunca vi-

ta nesta cidade ordeira e respeitadora das leis-dos homens e de Deus- ,
foi gerada e é insuflada, dia a dia, pelas religiosas que aqui aportaram,
fazendo um trabalho pastoral com inconsequencia e irresponsabilidade, ge-
rando problemas e mais problemas. Greves imotivadas e de caráter ilegal ,
surgindo gritos e protestos contra a atuação da Igreja, como se tais reli-
giosas a representassem"(10).

No final da carta o presidente pede a retirada das freiras." O
único remédio plausível é a retirada destas pessoas que se esquecem de
respeitar ao próximo e de temer a Deus..."

No dia 24 de novembro de 1987 as últimas freiras que ainda se
encontravam na cidade foram embora para São Paulo.

Apesar da oposição do padre e da antiga gestão do Sindicato ru-
ral, as freiras dizem não ter nenhum ressentimento por estarem deixando a
cidade. Como disse irmã Gabriela "a semente foi lançada, agora os trabalha-
dores podem caminhar sozinhos.

Consideram uma vitória o fato de hoje, a atual diretoria do sin-
dicato rural ser composta apenas por bóias-frias. Sentem-se felizes de ter
contribuído nesta conquista e fazem questão de ressaltar que a sua luta só
foi possível pela atuação da CPT que esteve sempre do seu lado.

O fato da população se organizar em movimentos para denunciar a situação, cobrar os seus direitos e lutar para transformar a sociedade, demonstra a sua consciência da situação(grave) da estrutura capitalista, e a consciência de que quem pode transformá-la são aqueles que são diretamente atingidas pela dominação e exploração.

No caso dos trabalhadores rurais os problemas são muitos e os inimigos também, entretanto são difíceis de atacar porque a resolução está diretamente ligada a transformação na relação de produção, ou seja, seria necessária uma reforma agrária.

São os trabalhadores rurais que vivem os problemas da questão agrária e que em alguns momentos tem como inimigos os latifundiários e até mesmo o Estado, mas até que ponto eles poderiam resolver sozinhos esta situação?

A questão é muito complexa. A variedade dos problemas, a falta de informação, tudo isto dificulta ainda mais a situação.

A CPT se dispõe a entrar nestes conflitos com os trabalhadores rurais e, pelo menos teoricamente, parece ter claro que as decisões e soluções devem partir dos próprios trabalhadores, sua tarefa é apenas auxiliá-los. "As coisas do campo requerem a criatividade do camponês para serem bem solucionadas. A transformação do campo é tarefa leiga.(...) Cabe à CPT contribuir para que os camponeses e trabalhadores rurais construam suas próprias organizações, sem dependências e tutelas de quem quer que seja."(10)

A prática da Comissão Pastoral da Terra demonstra a opção por uma Igreja com uma ação libertadora, preocupada na promoção do homem, Os objetivos políticos da CPT junto aos camponeses em suas lutas, está claro, e nas palavras de Ivo Polleto é o apoio aos camponeses em suas lutas, estimulando sua organização para que possam ser os sujeitos da conquista de seus direitos, alcançando o que seria a sua condição básica: a terra, por meio da reforma agrária.

Este ponto parece ser o mais difícil de se alcançar. Os próprios membros da CPT não tem ilusão de que ela possa ser realizada no sistema capitalista de forma a beneficiar os trabalhadores rurais sem terra.

Enquanto a reforma agrária não vem, continuam os conflitos, os assassinatos, as expropriações e a exploração. Até quando?

Não é preciso ser brasileiro, trabalhar no campo ou atuar na CPT, para entender a gravidade dos problemas agrários no Brasil.

A revista inglesa The Independent publicou em julho deste ano uma reportagem da jornalista e escritora Germaine Greer sobre o Nordeste brasileiro, que foi reproduzida na edição do Jornal Mulherio/nov.97. Na segunda parte da reportagem, Germaine Greer trata da reforma agrária que nunca veio para os sem-terra no Brasil.

"A Igreja colocou suas esperanças na Reforma Agrária, com a qual o governo militar tinha um compromisso através do Estatuto da Terra, de 1964; esse compromisso foi reafirmado por promessa solene do presidente Sarney. A única distribuição de terra que houve é para os que tinham muito e que agora têm mais. Mas a acumulação de hoje de imensas áreas está mais para ser considerada em nome do desenvolvimento de uma associação que de indivíduos. A ironia mais amarga é que especuladores, que nada fazem com a terra, além de manter outras pessoas fora dela, fazem um assassinato financeiro fora de qualquer programa de expropriação."

Notas:

- 1.cf.Regimento Interno da CPT/MG
- 2.AQUINO,Rubim Santos Leão de.História das Sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais, Ri. Ao Livro Técnico,1980,p.287
- 3.SILVA,José Graziano da.O que é Questão Agrária, SP, Brasiliense, 1980,p.22
- 4.MARTINS,José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no' campo. 2ed.SP. Hicitec, 1982, p.51
- 5.POLLETO,Ivo. ACPT, A Igreja e os Camponeses, in: Conquistar a Terra, Re construir a vida-CPT-10 anos de caminhada, ed Vozes,RJ,1985 ps.34/35
- 6.POLLETO,Ivo. já citado, p.37
- 7.idem. p.39
8. in: Cadernos do CEAS n.71 p.48
- 9.CPT:Pastoral e Compromisso. ed. Vozes, p.72
- 10ccf.Ofício n.156/87-do Sind. dos Trabalhadores Rurais de Centralina.
- 11.POLLETO,Ivo, já citado. ps.15e55

Bibliografia:

1. AQUINO, Rubim Santos Leão de. e outros. Fora dela não há Salvação nem perdão... A Igreja e o Mundo Medieval, in: História das Sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais, RJ. Ao Livro Técnico, 1980, p. 351-378
2. MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. 2 ed. SP. Hicitec, 1982, p. 51
3. GREER, Germaine, Na terra dos Latifúndios. Jornal Mulherio, RJ, 1987
4. POLLETO, Ivo. A CPT, A Igreja e os camponeses, in: Conquistar a Terra, Reconstruir a vida-CPT-10 anos de caminhada. ed Vozes, RJ, 1985
5. POLLETO, Ivo e MARTINS, José de Souza. O projeto Cerrado-Ag multinationais da agricultura brasileira: um caso concreto, in: Cadernos de CEAS, p. 45/49. n. 71
6. SILVA, José Graziano da, O que é Questão Agrária, SP, Brasiliense, 1980